



## 2.16 • As Forças Armadas dos PALOP

### São Tomé e Príncipe e as Forças Armadas: da independência à actualidade

Bruno Gabriel

COM UMA SUPERFÍCIE DE SOMENTE 1.001 KM<sup>2</sup> e uma população total de cerca de 187 000 habitantes, as ilhas de São Tomé e Príncipe, situadas no Golfo da Guiné, na costa ocidental e equatorial africana, poderão considerar-se um micro-Estado. As dimensões geográficas e demográficas reduzidas e a própria insularidade desempenham um papel importante entre os factores que estão na base das características do país em termos políticos, sociais e económicos.

Aquando da descoberta do arquipélago por parte dos portugueses, em 1471, não existia população autóctone, pelo que, não existiam instituições políticas pré-coloniais, clivagens étnicas ou uma cultura bélica, como a existente no continente africano. A economia do arquipélago sempre se baseou na agricultura de plantação predominando a cana-de-açúcar, o café e o cacau, este último introduzido no início do século XIX. Ainda hoje a pobre economia do país se baseia na cultura do cacau, que representa cerca de 90% das exportações, e na actividade piscatória, dependendo os são-tomenses em 80% da ajuda internacional.

Após cinco séculos de domínio colonial português, São Tomé e Príncipe torna-se independente em 1975. Em 26 de Novembro de 1974, o governo português e o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) assinaram na capital argelina o Acordo de Argel que veio estabelecer os moldes da independência do país, tendo sido fixada a data de 12 de Julho de 1975.

Neste acordo o governo português reconheceu o MLSTP como único e legítimo representante do povo de São Tomé e Príncipe, e é estipulado que um governo de transição asseguraria, juntamente com um Alto-comissário nomeado pelo governo português, a execução dos termos acordados. O Alto-comissário mantinha o comando das Forças Armadas sediadas nas ilhas, ao passo que as forças policiais ficariam sob a alçada do Primeiro-ministro designado. Quanto ao contingente dos militares nativos, pouco mais de uma centena de soldados da Companhia de Caçadores 7, foi estipulado que o governo português consertaria com o MLSTP, as medidas de ordem administrativa julgadas convenientes em relação aos militares naturais de S. Tomé e Príncipe. Portugal não assentiu na desmobilização da força militar natural de São Tomé e Príncipe, constituindo-se a Companhia de Caçadores 7 como a génese das Forças Armadas do país.

Dá-se a transição de poder para o MLSTP, tendo sido instituído um regime de partido único, de inspiração soviética, no arquipélago.

Em Março de 1978, o Comandante do Exército é detido sob a acusação de ser agente do imperialismo e de ter tentado assassinar o chefe do Estado. Perante a alegada ameaça pelo imperialismo,

o então Presidente, Pinto da Costa, solicitou a ajuda das tropas angolanas que permaneceram no país até 1991.

No período da primeira república (1975 a 1990), durante o qual vigorou um regime de partido único, a cooperação privilegiada de São Tomé e Príncipe com Cuba e com a ex-RDA, levou o regime, numa primeira fase, a ajustar a sua política interna e externa cada vez mais às posições do bloco soviético, tendo-se assistido, no entanto, em finais da década de 80 do século XX, a um afastamento progressivo do bloco de leste e a uma declaração de não alinhamento, no espírito da conferência de Bandung.

No final da década de 80, dá-se um impulso para a transição democrática em São Tomé, em resultado da pressão de intelectuais dentro e fora do partido e dos países doadores ocidentais, sobretudo a França e os Estados Unidos da América. Nesse contexto, a ala reformadora toma conta do partido, os opositores são amnistiados, em 1990 uma nova constituição democrática é aprovada por referendo popular, surgem novos partidos políticos e em 1991, em resultado de eleições livres consideradas transparentes, o Partido de Convergência Democrática – Grupo de Reflexão chega ao poder.

Tanto as eleições em 1991 como em 1994 se realizaram de forma regular e transparente, tendo os resultados eleitorais sido aceites, sem contestação, por todas as formações políticas.

#### O Golpe Militar de 1995

Com a mudança de regime, a instituição militar não retirou nenhum benefício do processo de democratização do país, pois as Forças Armadas de S. Tomé e Príncipe continuaram a ser negligenciadas pelo poder político. As FASTP tinham graves carências de fardamento e equipamento, falta de meios, salários muito baixos (o ordenado de um alferes seria, em 1995, o equivalente a cerca de 11€uros) e com vários meses de pagamentos em atraso. A situação era tal que muitos dos jovens em idade de cumprir o serviço militar obrigatório, que à época era de 30 meses, simplesmente não compareciam à chamada, dadas as condições deploráveis no seio das forças armadas, onde até a alimentação escasseava. Neste quadro, gerou-se um sentimento de revolta no exército, em especial entre os jovens oficiais, levando a que em 15 Agosto de 1995, cerca de 40 soldados comandados por um alferes, tomem o palácio presidencial e façam prisioneiro o Presidente Miguel Trovoada, eleito democraticamente em 1991.

Com efeito, cedo se percebeu que os jovens oficiais não ambicionavam tomar o poder, não tinham um programa político, nem apresentavam

uma alternativa à governação. Afirmaram ter-se revoltado contra a corrupção da classe política, a má distribuição da riqueza e a apropriação indevida de fundos provenientes da ajuda internacional, em detrimento das condições de vida do povo são-tomense. Na verdade, os jovens oficiais pugnavam por melhores condições para a instituição castrense, pelo respeito e dignidade devidas pela classe política, bem como o pagamento de salários em atraso e aumentos no vencimento. Desde o primeiro dia, a comunidade internacional exerceu pressão no sentido do restabelecimento do normal funcionamento das instituições democráticas, em especial França e Portugal, tendo mesmo o governo português ameaçado parar com a cooperação técnico-militar com São Tomé e Príncipe iniciada em 1992. Angola teve um papel decisivo nas negociações entre as autoridades são-tomenses e os militares golpistas.

“  
À semelhança do golpe de 1995, no de 2003, a ordem constitucional foi rapidamente retomada em São Tomé e Príncipe [...].

”

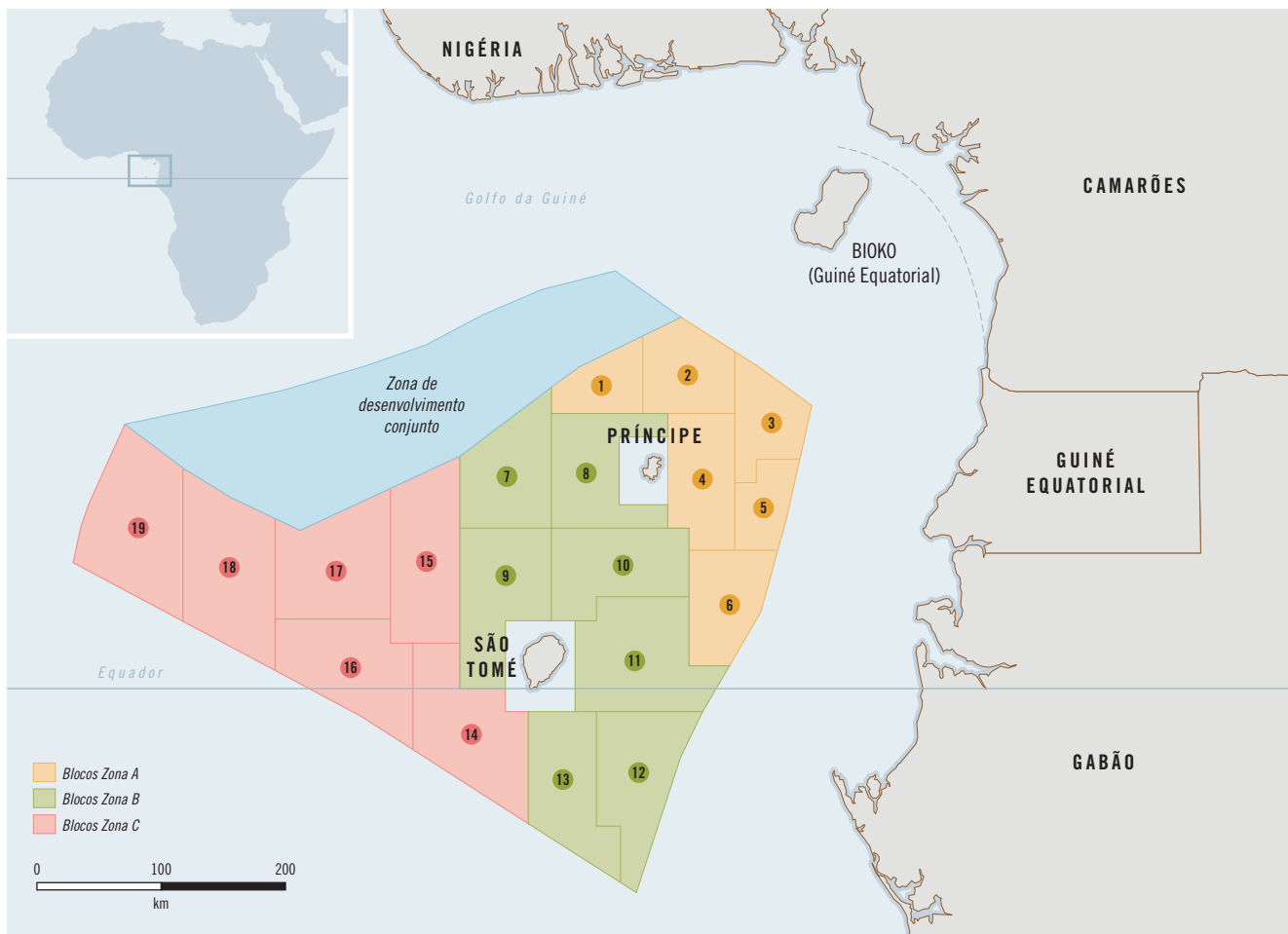
No dia 22 de Agosto, os militares e os representantes do poder político assinaram um memorando de entendimento no qual foram aceites as reivindicações dos militares, nomeadamente quanto à revisão constitucional necessária para alterar os poderes presidenciais, o compromisso de que os militares seriam ouvidos relativamente à escolha do Ministro da Defesa, bem como a promessa de reestruturação das Forças Armadas, promoções e de aumentos salariais.

Em apenas uma semana foram atendidas as exigências dos militares e deu-se um regresso ao funcionamento normal das instituições em São Tomé. É de sublinhar que este golpe militar se deu praticamente sem baixas, sem violência e sempre através da negociação.

Com o golpe militar de 1995, São Tomé e Príncipe ganhou um novo actor no jogo democrático.

#### O Golpe Militar de 2003

Oito anos após o golpe militar que mostrou ao poder político que as forças armadas não teriam uma atitude passiva em face do agravamento das condições de vida em São Tomé e Príncipe, dá-se um novo golpe militar. Para além de se manterem as condições de extrema precariedade nas FASTP, novos factores contribuíram para que se tenha dado este golpe.



**Zona económica exclusiva de São Tomé e Príncipe.** Fonte: Agência Nacional do Petróleo de São Tomé e Príncipe (2009).

Em 2003, os militares revoltosos fizeram da “miséria do povo” o principal argumento para o golpe. Naquela data os indicadores económicos mostram que São Tomé importava quase 90% dos produtos consumidos, que perto de 80% da população vivia abaixo do limiar da pobreza, que o desemprego atingia 45% da população, que o salário médio de um funcionário público rondava os 28 euros, que a pensão média era de cerca de 13 euros e que 80% do Orçamento de Estado resultava da ajuda internacional. O apoio social do Estado reduz-se à sua mínima expressão, sendo algumas ONGs a providenciar os cuidados básicos de que a população necessita. No início da década de 2000, foi confirmada a descoberta de importantes reservas petrolíferas na Zona Económica Exclusiva de São Tomé e Príncipe, estimando-se a existência de cerca de dois mil milhões de barris de crude na ZEE do arquipélago. Gerou-se, desde logo, uma disputa acesa pelo petróleo são-tomense, com a Nigéria a encetar negociações com São Tomé com vista à redefinição das fronteiras entre as zonas económicas exclusivas de ambos os países, à criação de uma Zona Económica Conjunta e à negociação de um acordo de exploração conjunta bastante favorável para a Nigéria.

Para além das parcas condições de vida da população, da precariedade nas Forças Armadas, do factor petróleo e das necessárias disputas internas e externas que a sua descoberta gerou de 2000 em diante, acresce a destabilização provocada

pela Frente da Democracia Cristã (FDC). Este partido político, sem representação parlamentar, ligado a dissidentes são-tomenses, que nos anos 80 do século XX integraram o 32º Batalhão das Forças de Defesa Sul Africanas (conhecido como “Batalhão Búfalo”) que durante o regime do apartheid combateu as Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA) no sul de Angola, foi acusado de estar por trás do segundo golpe de Estado do país. Depois do Governo ter anunciado a intenção de cancelar o pagamento do subsídio mensal de integração na sociedade que tinha sido concedido aos “ex-búfalos”, os acontecimentos precipitaram-se, resultando no golpe militar de Julho de 2003.

Aproveitando uma visita do Presidente da República, Fradique de Menezes, à Nigéria, um grupo de militares liderados pelo chefe do Centro de Instrução Militar de São Tomé e Príncipe, major Fernando Pereira, conhecido por “Cobó”, desencadeou as operações golpistas, na madrugada do dia 16 de Julho.

Quatro dias depois, os ministros e restantes líderes políticos começam a ser libertados. A 22 de Julho, é assinado um memorando de entendimento entre a Junta e os negociadores, que permite o regresso do Presidente Fradique de Menezes, no dia seguinte.

Até ao final do mês de Julho, o Governo volta progressivamente a assumir funções e é restabelecido o funcionamento normal das instituições.

É ainda promulgada uma Lei da Amnistia para os militares revoltosos, tendo também, as partes assinado um anexo ao texto do acordo que dá por findo o golpe, segundo o qual a instituição militar assume um papel de fiscalização nos negócios petrolíferos, com acesso a toda a informação sobre o sector.

À semelhança do golpe de 1995, no de 2003, a ordem constitucional foi rapidamente retomada em São Tomé e Príncipe, devido à impreparação dos revoltosos para estabelecer uma nova ordem e, especialmente, em resultado das pressões internacionais. A mediação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), as pressões da Nigéria e dos Estados Unidos, que com Angola são os principais países interessados no petróleo são-tomense, bem como dos vizinhos Gabão e Congo Brazzaville, levou à normalização do funcionamento das instituições democráticas no espaço de pouco mais de uma semana.

Dez anos volvidos, ainda não foi extraído um único barril de petróleo da ZEE são-tomense. O ímpeto inicial das companhias americanas, foi refreado dado em parte à instabilidade, à falta de infraestruturas tanto para a actividade extractiva, bem como ao nível portuário e aeroportuário e à existência de fornecedores alternativos, com petróleo “pronto a entregar”. O potencial de São Tomé é considerável, mas avultam também os desafios daí decorrentes, para o país no seu conjunto, bem como para as EASTP. ■